

Smart cities

Diogo Júdice – Técnico Superior

O conceito de “Smart Cities” é um conceito relativamente novo, proveniente das mais recentes inovações tecnológicas e também, porque não dizê-lo, do mundo globalizado em que atualmente nos encontramos inseridos.

Uma cidade inteligente é aquela em que é feito investimento em capital humano e social, incentivando a utilização de tecnologias avançadas, as denominadas “TIC” como elemento viabilizador para um crescimento económico sustentável, proporcionando uma melhoria na qualidade de vida dos cidadãos residentes e flutuantes, e conseqüentemente, aquelas que permitem também uma melhor gestão dos recursos naturais e energéticos.

Se há uns anos atrás o paradigma de “cidade inteligente” era fruto de ficção científica, onde a utilização das tecnologias parecia tornar as cidades verdadeiramente otimizadas em benefício dos cidadãos, hoje é realidade, ou, pelo menos, parece caminhar para esse fim.

Na verdade, o avanço tecnológico verificado nas últimas décadas do século passado e principalmente no início do século XXI, tem concorrido para que essa realidade “virtual” passe a algo de concreto e bem real das sociedades modernas.

O conceito tem correlação direta com a questão da sustentabilidade das modernas cidades e do futuro destas, enquanto espaços de convivência e confluência humana.

É sabido que o futuro passa, cada vez mais, pela deslocação em massa das populações para as grandes cidades onde o crescimento é consequência natural e decorrente das oportunidades de trabalho, das condições económicas e dos serviços públicos oferecidos. Tanto assim é que no futuro próximo, mais de 80% da população mundial residirá nas grandes cidades.

Ainda assim, convém desde já salientar que o conceito de “Smart Cities” é diretamente proporcional ao estado de evolução dos países, sendo que, não podemos falar de “smart cities” em países com menores índices de desenvolvimento.

As cidades inteligentes serão aquelas que forem capazes de conciliar os enormes fluxos humanos com recurso às novas tecnologias, facilitando a mobilidade e sustentabilidade.

Podemos e devemos contudo afirmar que ainda nos encontramos num estágio, diria, quase que primário, sendo que os primeiros passos estão neste momento a ser dados, integrando assim as novas tecnologias de informação e comunicação nos sistemas reguladores de tráfego.

Na verdade, gostaria de me focar em quatro grandes ideias que de certa forma são o foco principal subjacente ao conceito de cidades inteligentes.

Assim começaria por referir o facto de as acessibilidades às cidades e ao seu centro serem, cada vez mais, um problema acrescido para todos aqueles que quotidianamente para aí se deslocam. Mas também, realce-se, o problema que vai acontecendo com aqueles que desejam sair das cidades para a periferia.

Esta terrível situação, deve-se em boa parte ao desordenamento existente, fruto de políticas que nunca ou quase nunca tiveram em conta o crescimento das cidades, exceção feita ao século XVIII quando Marquês de Pombal, homem de grande visão, “desenhou” então uma cidade projetada para o futuro.

Hoje, a cidade idealizada naqueles tempos (Lisboa) já não consegue responder aos desafios que se nos impõem, sendo que, há que adotar um modelo de gestão urbanístico completamente distinto, fazendo uso das mais-valias provenientes das novas tecnologias e, assim, imprimindo novos padrões de sustentabilidade e mobilidade urbana.

Assim, o recurso às novas tecnologias, fundamentadas nos conceitos aceites de cidades inteligentes, visam alcançar e promover uma sociedade mais dinâmica e moderna. Na verdade, as cidades do futuro são aquelas em que as infraestruturas avançadas de telecomunicações se tornem fundamentais para a forma como uma cidade disponibiliza e opera os principais serviços para a sociedade, tais como o transporte de pessoas, energia, etc.

As infraestruturas digitais, designadamente as comunicações infraestrutura – veículo (ITS[1]) podem e devem oferecer uma alargada gama de possibilidades para suportar o uso racional dos recursos e promover a efetividade de execução de processos relevantes como a mobilidade urbana.

Como expoente exemplificativo dos avanços tecnológicos é de referir a existência de um dos mais recentes e importantes projetos comunitários, denominado projeto eCall que, na verdade, mais

não é do que um sistema “inteligente” que visa diminuir o tempo de resposta dos serviços de emergência de forma a salvar vidas.

O Ecall é um dispositivo instalado no carro (o objetivo é fabricá-lo em série em todos os veículos novos fabricados na União Europeia) que permite realizar uma chamada de emergência automática quando um acidente de trânsito acontece, alertando as autoridades e desencadeando nestas a missão de socorro.

Um dos grandes problemas das cidades atuais prende-se com o enorme congestionamento verificado quer à entrada quer à saída das cidades, sendo pois uma realidade com consequências diretas nos elevadíssimos níveis de poluição verificados o que, por sua vez, reflete-se na saúde e bem-estar dos munícipes e cidadãos que durante o dia aí trabalham.

As cidades do futuro para serem inteligentes terão de ser capazes de conciliar “multidões” com ordem e disciplina, ou seja, conciliar aquilo que atualmente é inconciliável. O futuro passa, cada vez mais, pela adoção de um conjunto de medidas tão simples como a criação de mais faixas bus por forma a dar prioridade aos transportes públicos que cada vez mais, também estes são ecológicos e amigos do ambiente.

A CARRIS tem vindo a apostar em novas motorizações (propulsão Diesel Euro 5 e a Gás Natural EEV) cumprindo as mais recentes diretivas comunitárias sobre emissões de escape, e contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade do ambiente em Lisboa.

Também o Metro, transporte por excelência amigo do ambiente deveria em meu entender alargar-se às periferias, sendo que já se encontra em estudo, a execução de prolongamentos das linhas em exploração, fazendo com que a sua utilização passe a ser uma opção viável para todos os que residem fora dos centros das grandes cidades.

Atualmente, e cada vez mais, temos melhores e mais modernas empresas de transportes públicos orientadas por critérios de sustentabilidade económica e pelo desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras e privilegiando a aplicação de técnicas não poluentes, de monitorização ambiental e de racionalização de energia, no estrito cumprimento com o respeito pelo ambiente e subscrevendo o objetivo estratégico do “Protocolo de Quioto”.

O parque automóvel dos táxis apesar de ter vindo, progressivamente a modernizar-se, ainda assim, continua a ser algo antiquado, o que não abona muito a seu a favor em termos de emissões poluentes. Também neste sector a aposta em táxis elétricos devia ser, em meu entender, uma prioridade governativa, servindo de exemplo para todos e estimulando as vendas deste tipo de veículos.

Penso que a adoção de pagamento de portagens (à semelhança de outras cidades europeias) e de vias de rodagem reservadas exclusivamente aos veículos elétricos e a gás, incentivando assim a sua compra, por um lado, mas também, pela interdição do acesso a veículos que ultrapassem os limites de emissões poluentes e a veículos particulares transportando apenas um ocupante, levariam certamente muitos milhares de pessoas a terem que usar os transportes públicos e/ou a partilharem o carro próprio com outros.

Estou em crer que para o fazer e incentivar o uso dos meios alternativos ao veículo particular, só há uma possibilidade, através da criação de parques de estacionamento nos arredores das cidade (junto às “bocas” do Metro), penalizando o estacionamento no centro das cidades através do aumento substancial das tarifas e pela redução dos lugares disponíveis, criando assim passeios mais largos, uma boa rede de ciclovias e finalmente, devolvendo a cidade aos peões.

Estas medidas ajudariam a baixar os níveis de poluição nas grandes urbes e também levariam a uma redução dos índices de sinistralidade rodoviária, afinal se houver menos carros em circulação, também menores serão as probabilidades de acidentes rodoviários, e este é também um desígnio nacional.

(2014)